

O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP) EM RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES INVESTIDORAS

Júlia Stefani Thomazini Pizzol

julia.pizzol@ufv.br

UFV

Evandro Rodrigues de Faria

evandrozd@hotmail.com

UFV

Bárbara Tavares de Paula

barbaratavares1310@gmail.com

UFV

Resumo: O trabalho tem como objetivo compreender como as organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) abordam o Investimento Social Privado (ISP). A análise teve como dados os relatórios de atividades do ano de 2019, tendo sido construídas cinco categorias analíticas, sendo elas a origem de recursos, a forma de atuação da organização investidora, a finalidade do investimento, a participação social, e a accountability. A análise dos resultados mostrou, em relação à origem de recursos, que eles são de origem privada e voluntária, assim como o conceito de ISP o define, e que é comum o investimento ser devido às Leis de Incentivo Fiscal instituídas pelo governo. Em relação à forma de atuação da organização investidora, é possível perceber que há preocupação com o monitoramento e avaliação dos investimentos sociais realizados. Analisando-se a finalidade do investimento, é possível perceber que os relatórios afirmam que os projetos beneficiados são de interesse público, mas não apresentam como esse interesse público é determinado. Quanto à participação social, percebe-se que ela ainda é presente de forma superficial e a comunidade participa, majoritariamente, como parte passiva dessa dinâmica. Em relação à accountability, os relatórios se dizem transparentes e valorizam a prestação de contas, mostrando preocupação por parte das organizações em serem responsivas. Conclui-se, a partir dos resultados apresentados, que a partir desses investimentos sociais realizados e da nova forma de se pensar o papel social das empresas privadas, bem como os modos que o governo encontrou de incentivar o investimento social, as organizações participam cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão

inseridas.

Palavras Chave: ISP - relatórios - associados GIFE - -

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por grandes mudanças em sua estrutura administrativa e política. Diante disso, o Estado, responsável por atender às necessidades da população, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), tornou-se incapaz de satisfazer individualmente as demandas sociais. Assim, surge a necessidade de inserção de novos atores no suprimento de necessidades da população.

Nesse contexto, afloraram no país as discussões sobre a atuação das organizações diante das questões sociais, haja vista que a iniciativa privada tem se tornado coadjuvante de importantes mudanças. O GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), criado em 1995, reúne as organizações que realizam investimentos sociais no país, dando-se destaque ao Investimento Social Privado (ISP), que consiste no “repasso voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público” (GIFE, 2022).

Desse modo, a iniciativa privada tem realizado importantes ações, buscando, juntamente com outros atores e em conjunto com o setor público, satisfazer as demandas da sociedade. Destaca-se, no entanto, que “o aparelho de governo não perde relevância, mas ele passa a fazer parte de sistemas de governança mais amplos” (ANDION et al., 2010, p. 3). Com esse objetivo, o Investimento Social Privado (ISP) é difundido como uma forma de a iniciativa privada participar, principalmente através da distribuição de recursos financeiros ou não, desses sistemas de governança.

Segundo Andion *et al.* (2010), o ISP envolve a participação do setor público e do setor privado, e sua atuação é ampla, podendo ocorrer a nível local ou em um contexto mais amplo, através da interação entre os diversos atores envolvidos. Tem crescido, portanto, o interesse das empresas pela participação no cotidiano das comunidades, passando “a não ser mais tão-somente agentes econômicos, mas também agentes sociais e culturais” (GARAY, 2011, p. 97).

Em relação à participação da iniciativa privada no suprimento de demandas sociais, Almeida e Cabral (2009) destacam a necessidade da atuação das organizações visando efeitos de longo prazo, que proporcionem melhorias para a comunidade. Observa-se, ainda, que as áreas beneficiadas pelo ISP são diversas, incluindo cultura, educação, meio ambiente, dentre outras, as quais são definidas de acordo com as necessidades da comunidade. Esse é, inclusive, um dos três aspectos fundamentais do ISP destacado por Nogueira e Schommer (2009), segundo os quais deve-se prezar pelo interesse público como finalidade principal do investimento realizado, não os interesses dos investidores.

Entretanto, isso nem sempre é priorizado no direcionamento dos investimentos e, muitas vezes, essa lógica é invertida. Essa discussão foi realizada por Milani Filho (2008), sendo exemplificada pelo fato de que empresas como as de armas e de cigarros, associadas a externalidades negativas, buscam realizar investimentos sociais com o intuito de melhorar sua imagem perante a sociedade. Assim, os interesses da empresa são colocados à frente das demandas sociais e a finalidade do ISP, que deve ser o interesse público, é desviada em favor dos interesses dos investidores.

Quando os recursos são destinados de acordo com as demandas sociais, o Investimento Social Privado alcança sua finalidade. Essa temática, apesar de recente, tem ganhado cada vez mais relevância, haja vista o montante de recursos investidos, que, em 2018, somaram R\$ 3,25 bilhões, de acordo com o Censo GIFE referente a esse ano (GIFE, 2019). Já em 2020, segundo o Censo GIFE de 2020 (GIFE, 2021), o montante de recursos aportados pelos associados em investimentos sociais somou cerca de R\$ 5,3 bilhões.

Ainda segundo o GIFE (2022), o ISP reúne três elementos fundamentais, que são inerentes ao seu conceito e que o diferencia de ações assistencialistas, sendo eles a preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos, a estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social, e o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação. Esses elementos descritos pelo GIFE se relacionam diretamente com os aspectos fundamentais do ISP descritos Nogueira e Schommer (2009), que são a origem de recursos, que deve ser privada e voluntária; a forma de atuação da organização investidora, que deve ser planejada, monitorada e sistemática; e a finalidade do investimento, que deve ser o interesse público.

O GIFE, que se autointitula uma “plataforma de fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil” (GIFE, 2022), é composto por mais de 160 (cento e sessenta) associados que são organizações que almejam investir no social de modo a cumprir esses aspectos. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo **compreender como as organizações investidoras abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados.**

Destaca-se ainda que, apesar de ser uma temática recente, existem diversos trabalhos sobre o Investimento Social Privado, a exemplo de Andion *et al.* (2010), Catarina e Serva (2004), Gentil e Ferreira (2019), Milani Filho (2008), Nogueira e Schommer (2009), Perret e Junqueira (2011) e Schommer (2000). No entanto, o ISP é um tema amplo e possui muitas questões que precisam ser debatidas, destacando-se a forma como ele é abordado pelas próprias organizações investidoras.

Além disso, espera-se perceber, por meio da análise dos relatórios de atividades dessas organizações, se há ou não utilização dos investimentos sociais como um meio de promoção da imagem da empresa. Em seu estudo, Catarina e Serva (2004) constataram que as empresas analisadas contrariavam essa lógica, assim, os investimentos sociais não eram utilizados como uma forma de promover a empresa. Todavia, os autores sugerem que essa análise seja feita em outras empresas que realizam investimentos sociais.

Diante dos objetivos propostos acima, este trabalho busca contribuir para o entendimento acerca da atuação das empresas, por meio do Investimento Social Privado, como agentes de mudança nas comunidades onde atuam. A partir disso, pretende-se contribuir para que mais estudos sejam realizados, de forma a ampliar os conhecimentos sobre a temática do Investimento Social Privado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado deixou de ser o único responsável pelas mudanças sociais, compartilhando essa responsabilidade com outros agentes, como a iniciativa privada e as organizações do terceiro setor (PERRET; JUNQUEIRA, 2011). Tendo em vista o contexto brasileiro, isso pode ser explicado devido ao fato de que as parcerias entre Estado e setor privado, instituídas durante o governo Lula e continuadas pelo governo de Dilma Rousseff, direcionaram-se à expansão dos setores de produção, promovendo melhorias na infraestrutura do país (MOTTA, 2016).

Diante disso, a participação da iniciativa privada na resolução de questões sociais tem ganhado destaque. Conforme Garay (2011), as organizações ampliaram sua participação para além do setor econômico, atuando também no âmbito social. Observa-se, portanto, que a resolução dos problemas sociais não é mais responsabilidade apenas do Estado, mas de diversos agentes, os quais, interagindo entre si, têm implementado importantes mudanças na sociedade.

Nesse contexto, surgem novos conceitos que buscam caracterizar essa interação, sobretudo em relação às organizações. Dentre eles, destaca-se o Investimento Social Privado

(ISP) que, conforme Nogueira e Schommer (2009), busca descrever a atuação da iniciativa privada nas questões sociais, diferenciando-se da filantropia tradicional. Além disso, de acordo com os autores, os responsáveis pelo desenvolvimento desse novo conceito foram o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e o IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social).

Ademais, Schommer (2000) define o investimento social empresarial como aquele voltado diretamente para as comunidades, geralmente realizado em parceria com outras organizações, e que não está relacionado com exigências legais, ou seja, é uma ação voluntária. O ISP, conforme Catarina e Serva (2004), diferencia-se das ações de caridade, pois envolve a participação da comunidade e busca-se mensurar os resultados gerados pelas ações realizadas.

Buscando uma melhor compreensão desse conceito, Nogueira e Schommer (2009) estabeleceram três importantes aspectos do Investimento Social Privado, sendo eles a origem de recursos, que deve ser privada e voluntária; a forma de atuação da organização investidora, que deve ser planejada, monitorada e sistemática; e a finalidade do investimento, que deve ser o interesse público.

No Brasil, onde as necessidades da população não são atendidas sempre de forma satisfatória, o Investimento Social Privado é de grande importância (PAGOTTO *et al.*, 2016). Em relação a isso, Perret e Junqueira (2011) destacam a representatividade econômica e o poder de mobilização das empresas, assim, não se deve subestimar sua atuação no âmbito social. Outros motivos pelos quais as empresas realizam o ISP, de acordo com Almeida e Cabral (2009, p. 66), são: “ética, cobrança da sociedade, melhoria da imagem da empresa, complementação das ações do governo, satisfação pessoal, incentivos fiscais”.

Entretanto, Schommer (2000) afirma que essa atuação tem sido utilizada como um meio para tornar a empresa mais competitiva. Desse modo, a finalidade principal do ISP, que deve ser o interesse público, é descumprida. Cabe destacar que um dos preceitos para se garantir a observância do interesse público na escolha, formulação e implementação dos projetos sociais beneficiados pelo ISP é a participação social durante o processo. Assim como o GIFE (2022) afirma, um dos aspectos fundamentais do ISP é o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação.

Esse envolvimento deve existir desde a escolha dos projetos que receberão recursos, passando por sua formulação, implementação até sua avaliação. Atualmente, a maior participação social nas decisões públicas permite maior debate acerca das parcerias público-privadas, bem como a inserção da iniciativa privada em questões de cunho social, tal como suprimento de demandas da comunidade (ALMEIDA; CABRAL, 2009).

A participação social é também um dos pilares do conceito de *accountability* que, apesar dos debates estabelecidos por Campos (1990) e, posteriormente, por Pinho e Sacramento (2009) sobre a dificuldade de se traduzir e conceituar o termo, pode-se ao menos dizer que abrange a transparência da gestão, a qualidade da informação, a responsividade dos agentes, a prestação de contas, o controle social e a própria participação social. Considerando-se em conjunto a *accountability* - entendida aqui mais como prestação de contas e responsividade - e a participação social, tem-se dois dos principais desafios do ISP.

Segundo Alves, Nogueira e Schommer (2013), há muitas fragilidades em relação à transparência, avaliação e *accountability* na gestão do ISP, por falta de familiaridade com a prática e por aspectos culturais que ainda não favorecem esse cenário. O pouco envolvimento das comunidades nos processos de investimento também é considerado uma fragilidade das práticas de ISP, que deve ser superada. Além desses, Alves, Nogueira e Schommer (2013) citam outros desafios enfrentados pelas organizações investidoras, tais como o contexto institucional-

legal do Brasil, que é desfavorável por ser repleto de regras dúbias, elevado nível de burocracia e excesso de controle estatal; e a desconfiança em parcerias público-privadas que ainda é presente.

Com a bipolarização política do contexto brasileiro, a inserção da iniciativa privada na esfera pública enfrenta múltiplos desafios. Por um lado, tem-se a opinião fortemente contrária a isso, devido ao caráter competitivo de desmonte e descaracterização do público frente ao privado, com a crença de que a iniciativa privada não é capaz de observar o interesse público acima do interesse próprio e, assim, não seria capaz de atuar em conjunto com o setor público no suprimento de demandas sociais.

Por outro lado, tem-se o objetivo de inserir de maneira desmedida a iniciativa privada na esfera pública, supervalorizando o privado sobre o público. Nesse sentido, crescem os discursos de privatização de empresas estatais e serviços públicos. Além disso, considera-se que não há problema em atender prioritariamente aos interesses privados, de forma que o interesse público se torna mais um interesse a ser observado, não mais o foco das ações. É importante ressaltar, no entanto, que nenhuma dessas visões é compatível com o ISP, uma vez que ele insere a iniciativa privada na dinâmica pública, mas sem que haja a supervalorização do privado e ainda tendo o interesse público como o foco.

Conforme afirma Pagotto *et al.* (2016), as transformações sociais e os novos arranjos que trazem a interação entre a iniciativa privada, o setor público e a sociedade civil redefinem o papel das empresas privadas e o que a sociedade, de forma geral, espera delas. O papel das empresas deixa de ser exclusivamente a busca pelo lucro dos acionistas, passando a ser também a busca da satisfação dos colaboradores e da comunidade onde ela está inserida, além de cuidados com a proteção, conservação e preservação do meio-ambiente.

Esses aspectos, segundo Catarina e Serva (2014) tornam-se, inclusive, um fator de competitividade, de modo que as organizações socialmente responsáveis promovem sua imagem frente aos diferentes *stakeholders*. Caso o interesse público seja observado, cumprindo a finalidade do ISP, não deve haver problema por uma das consequências desse investimento ser a promoção da imagem da empresa, de modo que tanto a comunidade, quanto o governo e a iniciativa privada saem beneficiados desses novos arranjos estabelecidos. Ressaltando-se, sempre, a observância do interesse público.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho é compreender como as organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados. As organizações que compõem o GIFE serão mapeadas e caracterizadas, bem como suas respectivas práticas de ISP.

Tal caracterização dos investimentos será feita quanto ao perfil da organização, aos estados por ele atendidos e à área de abrangência do investimento realizado, à sua área de atuação e aos tipos de projetos fomentados, e aos valores investidos. As informações serão buscadas no sítio do GIFE e serão utilizados como amostra todos os relatórios de atividades do ano de 2019 de seus cento e sessenta e dois associados (número de associados do mês da coleta dos dados da pesquisa, março de 2022). O ano de 2019 foi escolhido por ser o ano mais recente sem os efeitos extraordinários da pandemia de COVID-19.

Para a análise dos dados, será utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), a partir do modelo de grade fechada, em que as categorias analíticas são definidas *a priori*, a partir da literatura abordada. Assim, as categorias analíticas construídas se pautam nos

três aspectos fundamentais do Investimento Social Privado (ISP) definidos por Nogueira e Schommer (2009) e nos elementos fundamentais do ISP segundo o GIFE, a fim de se verificar como eles se relacionam e como o ISP pode contribuir para o suprimento de demandas sociais.

Portanto, as categorias analíticas serão a *origem de recursos*, a *forma de atuação da organização investidora*, a *finalidade do investimento*, a existência ou não da *participação social* e como ela se dá, e a *accountability*. A Tabela 1 mostra as categorias analíticas que serão utilizadas, qual aspecto será analisado nos relatórios em cada categoria e a literatura que as embasa. Essas categorias analíticas serão analisadas, juntamente com os resultados da pesquisa, na seção seguinte.

Tabela 1: Categorias analíticas.

Categorias analíticas	Aspecto a ser analisado	Embasamento teórico
Origem de recursos	Fonte de recursos utilizada para os investimentos, e se de fato é de origem privada e voluntária.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022)
Forma de atuação da organização investidora	Forma de atuação da organização, cujo objetivo é que seja planejada, monitorada, sistemática e voltada para resultados.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022)
Finalidade do investimento	Processo de escolha e área dos investimentos, motivação da escolha e objetivo do(s) projeto(s) beneficiado(s), se observa o interesse público como alvo.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022), Andion (2012), Viegas (2011)
Participação social	Se há participação dos cidadãos na definição de suas demandas e do processo de escolha e implementação dos projetos sociais beneficiados.	Nogueira e Schommer (2009), Andion et al. (2010), GIFE (2022), Andion (2012), Almeida e Cabral (2009)
<i>Accountability</i>	Transparência e qualidade da informação, prestação de contas, responsividade, controle social.	Andion et al. (2010), Andion (2012), Campos (1990), Pinho e Sacramento (2009)

Fonte: Elaboração própria.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISES GERAIS DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIDORAS

As organizações investidoras foram caracterizadas quanto ao perfil da organização, aos estados por ele atendidos e à área de abrangência do investimento realizado, à sua área de atuação e aos tipos de projetos fomentados, e aos valores investidos. Essa caracterização visa entender qual o panorama geral do Investimento Social Privado (ISP) no país, visto que as organizações investidoras selecionadas são associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), principal associação e referência no tema do ISP no país.

Durante o mês de coleta de dados relacionados aos associados GIFE - março de 2022 - havia 162 (cento e sessenta e dois) associados ao grupo. Desses, 9 (nove) não possuíam classificação quanto ao perfil da organização, 1 (um) estava classificado como Fundação ou Instituto Comunitário, 18 (dezoito) estavam classificados como empresa, 20 (vinte) como Fundação ou Instituto Independente, 29 (vinte e nove) como Fundação ou Instituto Familiar, e 85 (oitenta e cinco) como Fundação ou Instituto Empresarial.

Em relação aos estados de atuação e à área de abrangência do investimento realizado, 94 (noventa e quatro) organizações afirmam atuar em São Paulo, estado com maior representatividade de investimentos sociais. Em segundo lugar, tem-se o Rio de Janeiro, cujos investimentos sociais são realizados por 26 (vinte e seis) organizações, seguido por Minas Gerais, com 13 (treze). O Distrito Federal aloca investimentos de 9 (nove) organizações, o estado do Rio Grande do Sul de 8 (oito), o Ceará e o Paraná de 5 (cinco), o Amazonas, Pará, Pernambuco e Maranhão de 4 (quatro), a Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraíba de 3 (três), o Espírito Santo, Mato Grosso, Alagoas e Goiânia de 2 (duas), e Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Acre, Amapá, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins de apenas 1 (uma) organização. Além disso, 15 (quinze) organizações não explicitaram os estados de atuação.

Quanto à área de atuação das organizações investidoras e aos tipos de projetos fomentados, percebe-se que educação é a área prioritária para investimentos, com 106 (cento e seis) organizações com investimentos. Outras áreas que recebem investimentos de um volume significativo de organizações são a formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania, com 54 (cinquenta e quatro) organizações; meio ambiente e cultura e artes, ambas com 52 (cinquenta e duas); desenvolvimento comunitário/de base, com 48 (quarenta e oito); apoio à gestão de organizações da sociedade civil, com 46 (quarenta e seis); geração de trabalho e renda, com 45 (quarenta e cinco), saúde e defesa de direitos, ambas com 39 (trinta e nove); esporte e recreação, com 38 (trinta e oito); assistência social, com 33 (trinta e três); e comunicação com 27 (vinte e sete).

As demais áreas recebem investimentos de, no máximo, 10% (dez por cento) das organizações associadas ao GIFE. São elas: cultura, empreendedorismo, diversidade, impacto social, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, juventude, desenvolvimento econômico, educação financeira, mobilidade urbana, pesquisa, cidadania, direitos humanos, proteção à infância, mudanças climáticas, alimentação, empoderamento do jovem, gestão pública, equidade racial, terceira idade, transparência e responsabilidade governamental, combate à pobreza e à desigualdade, combate ao consumo nocivo de bebidas alcoólicas, democracia, qualidade de vida, e mulheres. Ressalta-se que 9 (nove) organizações não especificaram a área de atuação.

Ao analisar-se os valores investidos, percebe-se que poucos relatórios trazem explicitamente esses dados. Apenas cerca de 15% das organizações informam os valores de seus investimentos sociais nos relatórios disponibilizados de forma objetiva e explicitando o volume de recursos e sua relação com a receita ou lucro, o que dificulta uma análise mais aprofundada em relação à porcentagem desse lucro que tais organizações destinam a esse tipo de investimento.

Os valores investidos, considerando-se os relatórios de 2019, variam de próximo de R\$ 100 mil até mais de R\$ 600 milhões por organização em um exercício, a depender do porte da organização e do seu interesse em investir no social. Segundo informações do Censo GIFE de 2020, as organizações investem montantes variados de recursos, sendo que, em 2020, 39% investiram até R\$ 6 milhões, e 20% investiram mais de R\$ 20 milhões (GIFE, 2021).

Um ponto importante a ser destacado em relação aos relatórios de atividades das organizações investidoras é que muitas vezes os aspectos publicitários sobrepõem-se aos aspectos informativos, de forma que há mais informações que enaltecem a imagem da organização do que informações acerca do investimento em si. Essa observação corrobora o discutido por Milani Filho (2008) acerca do uso dos investimentos sociais para autopromoção.

Além disso, corrobora também com o discutido por Nogueira e Schommer (2009) acerca da finalidade do investimento social privado, que deve ser projetos sociais de interesse público

acima dos interesses privados da organização investidora, tais como vantagens competitivas ou como estratégias de *marketing*. Entretanto, é necessário perceber que a iniciativa privada possui interesses próprios e que, observando-se os interesses públicos, não deve haver problema em se observar também os interesses da própria organização.

4.2 ANÁLISES CATEGÓRICAS DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

Para compreender como se dá o processo de investimento social das organizações investidoras, buscou-se nos relatórios de atividades das organizações associadas ao GIFE analisar as seguintes categorias: *origem de recursos, forma de atuação da organização investidora, finalidade do investimento, participação social e accountability*.

Analisando-se a **origem de recursos**, é possível perceber que os relatórios em geral não trazem essa informação de forma detalhada, focando principalmente nos projetos sociais realizados e nos impactos por eles causados. Como dito por Nogueira e Schommer (2009), a origem de recursos deve ser privada e voluntária, para que seja diferenciada de formas de investimento compulsórias. O sítio eletrônico do GIFE (2022) também traz esses dois aspectos, ao definir o ISP como o “repasso voluntário de recursos privados”. Sendo assim, buscou-se encontrar nos relatórios os aspectos que confirmariam essa origem.

Apesar de os relatórios não apresentarem sempre essa informação, aqueles que apresentam trazem que a origem de recursos é, de fato, privada e voluntária. No entanto, muitos relatórios afirmam que os investimentos são realizados através de Leis de Incentivo Fiscal, que funcionam como uma renúncia fiscal instituída pelo poder público. A fim de promover o desenvolvimento social e econômico, o governo permite que pessoas físicas e jurídicas repassem parte dos recursos destinados a tributos para projetos sociais voltados à cultura, ao esporte, à saúde, à educação, dentre outras áreas.

Apesar de existir um mecanismo legal que incentiva esse tipo de investimento, o seu caráter voluntário ainda existe, pois é uma opção da organização se utilizar dessas leis de incentivo ou não para destinar seus recursos. Vários relatórios apontam que utilizam tanto de recursos próprios oriundos apenas dos lucros remanescentes quanto de recursos de tributos devido às leis de incentivo fiscal. Isso pode ser observado no exemplo abaixo, extraído de um dos relatórios de atividades analisado:

Em 2019, 31% dos investimentos sociais foram realizados com recursos próprios e 69% com recursos de leis de incentivo.

Além disso, alguns relatórios mostram uso de outra modalidade de investimento social, que seriam os Fundos Patrimoniais ou *endowments*. São fundos filantrópicos que são formados a partir de uma quantia inicial advinda de doação de bens ou recursos que é investida a fim de financiar, com os rendimentos obtidos, as atividades desejadas (GIFE, 2022). Assim, tornam as organizações mais independentes e possibilitam maior volume de investimentos em projetos sociais.

Em relação aos Fundos Patrimoniais, o governo sancionou em 2019 a Lei nº 13.800, que dispõe sobre sua constituição e como eles devem ser gerenciados (BRASIL, 2019). Seu maior objetivo é mostrar a importância dos fundos patrimoniais como ferramenta para captar recursos privados a fim de fomentar o desenvolvimento social. São mais largamente utilizados nos Estados Unidos, como afirmado pelo GIFE (2022), mas estão ganhando destaque no cenário brasileiro também. O uso desses fundos pelas organizações analisadas pode ser observado de forma explícita nas falas abaixo:

Os recursos provêm, em sua maioria, de ativos financeiros e participações societárias próprias, em modelo de financiamento *endowment*, similar ao adotado pela

Universidade Harvard, em Cambridge (EUA), e por outras instituições internacionais de educação.

Os recursos foram provenientes, na maior parte, dos rendimentos de um fundo patrimonial próprio (*endowment*), constituído por intermédio da matriz global da [organização].

Outro aspecto destacado nos relatórios é o caso de fundações que possuem uma empresa mantenedora, ou seja, uma empresa que optou pela criação de uma fundação separada, como outra pessoa jurídica, que fosse a responsável por suas ações sociais. Dessa forma, essa empresa mantenedora destina recursos à sua respectiva fundação para que esta última defina os projetos sociais beneficiados.

É uma forma de organização administrativa que dá maior liberdade à fundação responsável pelas ações sociais da mesma forma que restringe o trabalho da empresa mantenedora, uma vez que não é ela quem terá que planejar, monitorar ou avaliar os resultados das ações. Um exemplo para a origem de recursos advindos de uma empresa mantenedora está apontado abaixo:

Os recursos para o desenvolvimento de suas atividades são obtidos por meio de contribuições das Empresas Mantenedoras, por ações ligadas às suas atividades.

Ademais, uma outra forma de origem de recursos apontada em alguns relatórios é parte de uma iniciativa da organização investidora que, além de investir socialmente, incentiva seus *stakeholders* a investirem também, assim como mostrado no exemplo abaixo:

As iniciativas da [organização] são financiadas por meio de doações. A cada 1 real doado por nossos mantenedores (colaboradores e estagiários), a [organização] doa o valor duplicado.

Nota-se, entretanto, que as informações a respeito da origem de recursos são apresentadas de forma direta e sucinta, sem detalhamento. Uma das questões a ser levantada a partir disso é o motivo de não haver maior profundidade quanto a esse aspecto e se isso pode ser devido ao foco dado aos relatórios que parece ser o de melhorar a imagem da organização. Ainda assim, cabe destacar que esse foi um dos pontos mais abordados nos relatórios analisados.

Analisando-se a **forma de atuação da organização investidora**, é possível perceber que algumas organizações já trazem em sua apresentação esse aspecto, mostrando a preocupação de descrever como é sua atuação em relação aos investimentos sociais realizados. Um exemplo disso pode ser observado abaixo:

A [organização] é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) independente, privada, de interesse público, sem vínculos político-partidários, com fins não econômicos, fundada em [ano]. Como entidade de assessoramento em assistência social, investe, co-cria e assessora, de forma gratuita, continuada, permanente e planejada programas e projetos dirigidos à população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além da preocupação com planejamento dos investimentos, um aspecto importante da forma de atuação das organizações investidoras é o caráter de monitoramento e avaliação dessas ações, visando seus resultados. Segundo Nogueira e Schommer (2009), o ISP deve buscar resultados, para que se diferencie de práticas caritativas que não monitoram suas ações. Segundo o GIFE (2022), um dos elementos fundamentais do ISP é ser uma “estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social”. Sendo assim, pressupõe-se que as organizações investidoras têm essa preocupação, o que pode ser exemplificado pelo trecho abaixo:

Uma das prioridades da [organização] é avaliar e monitorar os projetos realizados por meio do mapeamento de resultados e do estabelecimento de indicadores específicos, capazes de mensurar o impacto real das ações realizadas.

Apesar de o exemplo apontado demonstrar preocupação com o monitoramento e avaliação dos investimentos sociais realizados pela organização investidora, esse aspecto aparece em poucos relatórios, sendo um fator que carece de detalhamento e precisa ser melhor abordado. Muitas práticas de investimento social ainda são próximas de práticas caritativas que destinam recursos sem que haja, de fato, a busca de resultados ou de impacto social significativo.

No entanto, é notável que várias organizações já estão se estruturando para garantir o monitoramento de suas ações ligadas ao ISP. Muitas delas criaram equipes cuja função é a de acompanhar os projetos sociais beneficiados para que seja possível avaliar o quão efetivo eles foram e se os objetivos iniciais foram alcançados. Além disso, apresentam de modo mais explícito e detalhado como esse monitoramento é feito. Um exemplo desse aspecto pode ser observado no trecho abaixo:

A [organização] conta com uma equipe especializada que acompanha todas as fases da implementação de um projeto, desde sua modelagem até a avaliação de quão efetivo foi o impacto da atuação naquela comunidade. [...] O acompanhamento do investimento socioambiental é uma questão estratégica para a [organização], uma vez que permite, além de verificar os resultados alcançados, identificar as formas mais efetivas para sua execução. [...] O monitoramento e a avaliação de programas e projetos são importantes ferramentas de gestão e os resultados obtidos são utilizados para direcionar o trabalho desenvolvido e aprimorar as ações realizadas, além de trazer subsídios para a tomada de decisões e compreensão dos fatores de sucesso dos projetos. [...] A [organização] realiza o monitoramento dos programas e projetos apoiados por meio de visitas *in loco* ou à distância.

Entretanto, nota-se que os parâmetros utilizados são pouco explicitados, sendo informado de maneira vaga como as visitas são realizadas, o que motivaria o monitoramento ser por meio de visitas *in loco* ou à distância, quais os indicadores utilizados para se verificar a efetividade dos projetos, dentre outros aspectos. Da mesma forma, tem-se o exemplo abaixo:

Para assegurar maior eficiência e eficácia à destinação dos recursos, a [organização] realiza o monitoramento das iniciativas apoiadas por meio do Sistema de Gerenciamento de Projetos, para acompanhamento dos âmbitos social, pedagógico e financeiro dos projetos. Também são realizadas visitas *in loco* sempre que necessárias pela equipe da [organização], para garantir o cumprimento das metas pactuadas.

Ressalta-se que o fato de o relatório possuir uma parte específica destinada a caracterizar a forma de atuação da organização investidora já é um sinal de avanço em relação à preocupação com os investimentos sociais por ela realizados. Esse monitoramento muitas vezes é feito por meio de equipes, como explicitado anteriormente, ou por meio de conselhos, como o exemplo a seguir demonstra.

A [organização] possui um conselho que define a estratégia de atuação social da organização e acompanha os resultados dos projetos e do programa de voluntariado e as ações sociais das unidades da empresa.

Pode-se perceber que há a intenção de se monitorar as ações e de se avaliar seus resultados, uma vez que há um conselho especificamente criado para isso, porém há falhas no que diz respeito à forma como essa informação é disponibilizada e publicizada. Esse aspecto será melhor abordado na análise da categoria de *accountability*.

Analisando-se a **finalidade do investimento**, é possível perceber que as organizações investidoras afirmam investir em projetos sociais de interesse público e afirmam também que

esse interesse, além de ser observado, é o foco das ações. Isso pode ser visto nos exemplos abaixo:

“São investidos de acordo com as prioridades da comunidade, com base em análises da própria [organização]”, explica a diretora da organização.

São diferentes iniciativas de cunho social que consideram as necessidades e demandas locais.

Fica explícito, nos exemplos apresentados, que a busca pelo suprimento de demandas sociais é um balizador para a escolha dos projetos beneficiados. No entanto, o primeiro exemplo aponta que as análises para se entender quais são as prioridades da comunidade são feitas pela própria organização, sem explicitação de como isso é realizado e quais as formas que a organização encontrou para que, efetivamente, fosse captado o interesse público.

Já o segundo exemplo denota que as necessidades e demandas locais são consideradas na definição das iniciativas, mas também não explica como isso é feito. Assim, resta o questionamento se de fato o interesse público está sendo observado, uma vez que isso não é detalhado nos relatórios e o procedimento utilizado para se optar por um ou outro projeto social beneficiado também não é informado.

Apesar disso, as organizações, de forma geral, afirmam ter como objetivo a transformação social e o desenvolvimento da comunidade onde atuam, ainda que, paralelo a isso, objetivem também algum retorno institucional. Um exemplo disso pode ser observado no trecho abaixo:

A [organização] também patrocinou com recursos próprios diversos projetos e eventos, sempre atentando às diretrizes da Política de Patrocínios e Doações e balizando suas decisões e prioridades de investimento em critérios pré-estabelecidos, como o retorno institucional e o alcance e transformação social, entre outros.

Em relação a isso, resta a discussão acerca do foco do ISP. A literatura aponta que o foco deve ser o interesse público, não o interesse da organização investidora. No entanto, a iniciativa privada tem interesses próprios que devem ser observados a fim de que sua existência não seja comprometida. Em contrapartida, o poder público deve sempre ter como prioridade o interesse público.

Caso esses interesses possam se alinhar de alguma forma, ou seja, caso a iniciativa privada tenha um interesse que se aproxime do interesse público, então é possível que suas ações sejam benéficas para ambas as partes. Essa busca por alinhamento de interesses pode ser observada no exemplo a seguir:

Uma das formas de atuação é por meio do Edital [da organização], através do qual a instituição apoia o desenvolvimento de projetos sociais realizados por organizações da sociedade civil, alinhados à sua missão.

Outra preocupação das organizações investidoras e que tem sido discutido em termos de definição do papel social das empresas é o impacto local e global das ações realizadas, de modo a atender ao maior número possível de *stakeholders*. As diferentes dimensões possuem interesses distintos, mas há organizações, cujo volume de recursos e alcance é superior, que são capazes de atender ambos. O exemplo a seguir ilustra essa busca:

Na companhia, temos gerenciado essas demandas globais de algumas formas. Além da [organização local], contamos, em nível global, com a [organização global]. As duas instituições se complementam na medida em que a [organização local] tem o olhar para o local, tendo sua nova estratégia focada em geração de trabalho e renda, educação e engajamento social, e a [organização global] para o global, com foco na biodiversidade e emissão de carbono. Dessa forma, conseguimos levar para os nossos *stakeholders* aspectos relevantes tanto do ponto de vista local, quanto do global.

Ademais, em um volume significativo de relatórios, as entidades descrevem que a escolha dos projetos está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), verificando-se, portanto, a adesão dos associados GIFE a esses objetivos globais. Na descrição dos projetos de várias organizações investidoras estão indicados quais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU os projetos buscam atender, como mostrado nos exemplos abaixo:

O trabalho da [organização] está alinhado também às tendências internacionais – a exemplo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O investimento social privado desempenha um importante papel para acelerar a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Diante disso, a [organização] aprofundou sua conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir da avaliação da aderência dos projetos aos objetivos e da correlação com suas metas.

Percebe-se, portanto, grande preocupação em se alinhar as metas próprias da organização com as demandas locais e com os objetivos globais de desenvolvimento. Dessa forma, acredita-se que o interesse público está sendo seguido e, uma vez que isso acontece, a iniciativa privada se torna também agente na promoção do bem-estar social, agindo em conjunto com o poder público e participando ativamente dos novos arranjos institucionais característicos da nova fase da administração pública.

Analisando-se a categoria da **participação social**, é possível perceber que também há preocupação por parte das organizações investidoras em ouvir a comunidade e em permitir que ela participe ativamente do processo de investimento. Essa busca por integrar a sociedade à tomada de decisão pode ser observada nos trechos a seguir:

Em 2019, as iniciativas de voluntariado foram fortalecidas, assim como as parcerias locais, com um engajamento mais ativo dos Conselhos Consultivos de Relações Comunitárias existentes nas três localidades em que atua a [organização] [...]. A mudança de atuação é fruto de um amplo processo de diagnóstico e planejamento realizado em 2018 a partir da escuta ativa e colaborativa com mais de 120 representantes da sociedade civil, funcionários da empresa, gestores públicos e especialistas em investimento social privado (ISP).

As ações desenvolvidas serão acompanhadas durante aproximadamente três anos, e as temáticas priorizadas foram levantadas e validadas tanto pelos colaboradores da [organização] localmente como pelas lideranças locais mapeadas.

Nota-se que a criação de conselhos é uma das ferramentas utilizadas para se criar um ambiente mais participativo, de forma que eles atuem como ponte entre a organização e a comunidade. Outra ferramenta utilizada é a escuta ativa e colaborativa, que cria a oportunidade de a comunidade local definir seus próprios interesses e as áreas prioritárias para a implementação de projetos sociais. Percebe-se também a preocupação de se consultar especialistas em ISP, de forma a realizar investimentos que cumpram os objetivos propostos e, assim, provoquem transformação social.

Outro aspecto relevante é o da participação social no monitoramento e avaliação das ações. A comunidade, dessa forma, participa não apenas da definição de suas demandas, mas também da avaliação dos resultados obtidos com os projetos implementados, a fim de verificar o que poderia ser modificado para que haja ainda mais impactos positivos. Não obstante, é relevante que haja participação social no repasse de informações acerca dos investimentos realizados. Um exemplo disso pode ser observado no trecho abaixo:

Os dados qualitativos e quantitativos abordados neste relatório estão relacionados a uma relação de temas relevantes para alunos e seus familiares, professores, demais funcionários e parceiros de negócios. Esses foram identificados como públicos

estratégicos por serem impactados diretamente por nossa atividade e integrarem nossa cadeia de valor. [...] Mantemos diferentes canais de diálogo com nossos principais públicos, e divulgamos nossos resultados como boa prática de transparência.

Percebe-se que há menção contínua de abertura da organização aos diferentes *stakeholders*, como mencionado com a existência de canais de diálogo. Além disso, definiu-se qual o público estratégico para essa organização, a fim de envolvê-lo mais ativamente no processo de investimento. Outra forma relevante e atual de se relacionar com os diferentes públicos, trazendo a comunidade mais para dentro da dinâmica do ISP, é por meio do uso de redes sociais, que servem como uma forma de interação com a comunidade e de divulgação dos resultados dos investimentos realizados. Os exemplos a seguir ilustram esse aspecto:

O aplicativo [*nome do aplicativo*], lançado em 2016, é utilizado pela [*organização*] para interagir com o público e identificar temas relevantes.

A [*organização*] busca manter espaço de comunicação estruturado, permanente e acessível a todos os públicos com os quais se relaciona. O site da [*organização e site*] é visualizável em diversas plataformas, com acessibilidade para deficientes auditivos e visuais. Apresenta as informações institucionais, os canais de contato, além de conteúdo diversificado, como projetos, ações, parcerias firmadas e participações em eventos e fóruns voltados para as atividades da instituição, além de conectar milhares de pessoas em suas Redes Sociais, pelo Instagram e Facebook.

Percebe-se que as formas de participação social têm evoluído e se tornado mais abrangentes, principalmente com a adesão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na dinâmica das organizações e da sociedade como um todo. Nos trechos apresentados fica explícita a forma como essas tecnologias auxiliam na interação entre a organização e a comunidade onde ela está inserida. A busca pela manutenção de um espaço de comunicação aparenta ser constante e ser um dos focos das organizações investidoras.

Todavia, a participação social ainda é um aspecto presente em poucos relatórios, de forma explícita e estruturada. Muitos relatórios ainda trazem esse aspecto de forma incipiente e pouco detalhada, além de focar na disponibilização de informações de modo mais frequente do que se foca em trazer a comunidade de forma ativa para a tomada de decisão. Assim como a discussão em relação à definição do interesse público, cabe discutir aqui qual a parte da sociedade que é integrada a essa dinâmica do ISP e, ainda mais importante, se é a parte da comunidade que mais precisa de ajuda que está participando desse processo ou se ela continua sendo excluída.

A participação social deve ser um aspecto a ser considerado em todas as etapas do ISP, como a definição das demandas sociais, a formulação dos projetos sociais beneficiados, sua implementação, o monitoramento das ações, bem como sua avaliação e, por fim, na redefinição de metas de acordo com as avaliações feitas e com os resultados obtidos. Entretanto, ela ainda é presente de forma superficial nessas etapas e participa, majoritariamente, como parte passiva dessa dinâmica.

Analisando-se a categoria da *accountability*, é importante destacar que, dentre os seus aspectos - transparência e qualidade da informação, prestação de contas, responsividade, controle social -, o que mais foi observado nos relatórios foi a transparência e a prestação de contas, não havendo menções significativas de responsividade ou controle social. Além disso, os aspectos mais abordados foram os valores investidos, ainda que não estivessem presentes em muitos relatórios, e a forma de investimento. Três exemplos estão presentes a seguir:

Investimento de R\$ 1,8 milhão em 16 projetos locais.

R\$ 9.242.481,36 investidos via leis de Incentivo Fiscal.

Contemplando os diversos municípios onde a [organização] está presente, 72 iniciativas culturais, esportivas e sociais receberam o aporte de R\$ 13,5 milhões, valendo-se das leis federais e estaduais de incentivo, o que representou um aumento de 12,5% em relação ao número de projetos e de 5,5% em relação ao montante aplicado, comparativamente ao ano de 2018. Para manter os programas [nomes dos programas], a [organização] fez um investimento social de aproximadamente R\$ 13 milhões em 2019, além da doação de 900.000 toneladas de agregado siderúrgico e de cerca de 20.000 mudas de plantas.

Percebe-se que a descrição não é muito detalhada acerca dos valores ou das destinações, focando majoritariamente no valor investido. Além disso, não explicita o percentual que o investimento representa em relação à capacidade financeira da organização, ou qual a porcentagem do lucro líquido que foi destinada a esses investimentos. Assim, é possível refletir qual a qualidade dessas informações fornecidas, uma vez que não há parâmetros presentes que possibilitem maiores análises dos investimentos realizados.

O aspecto mais destacado nos relatórios foi, por sua vez, o quanto as organizações disponibilizam de ativos tangíveis ou intangíveis em prol de seus investimentos sociais, trazendo mais o caráter propagandístico do que o de prestação de contas ou *accountability*. Um exemplo de ênfase na contribuição realizada pelas organizações está presente abaixo:

Programa de voluntariado visa engajar funcionários, estagiários, familiares e prestadores de serviço em ações sociais, além de concretizar e reafirmar o compromisso da [organização] em promover o voluntariado empresarial como instrumento de mobilização social, cidadania e desenvolvimento de pessoas. Conta com um Grupo de Trabalho composto por cerca de 25 funcionários, que se reúnem mensalmente e apoiam as estratégias e a operacionalização do programa. Em 2019, 138 voluntários doaram tempo, trabalho e talento em 18 ações presenciais e cinco campanhas de arrecadação, totalizando 1.535 horas de dedicação. O alcance foi de 19 organizações, beneficiando 1.440 pessoas.

É possível perceber que há mais detalhamento em relação às contribuições feitas do que em relação ao processo ou à participação social ao longo das tomadas de decisão. Dessa forma, o caráter passivo é mais uma vez predominante na dinâmica do investimento. Entretanto, isso não invalida a proposta do ISP, apenas denota que há avanços necessários que tornem o processo mais participativo e colaborativo do que ele atualmente demonstra ser.

Como mencionado anteriormente, a transparência e a prestação de contas são alguns dos aspectos da *accountability* que mais aparecem nos relatórios de atividades analisados. Percebe-se também preocupação por parte das organizações investidoras em ser transparentes, de modo a se enquadrarem nas novas exigências sociais e econômicas vigentes. Alguns exemplos podem ser observados a seguir:

A [organização] conduz suas atividades seguindo padrões éticos nas relações com diversos públicos e as melhores práticas de governança, atuando com integridade, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade socioambiental. [...] O apoio de instituições às iniciativas propostas é decorrente do reconhecimento às práticas de governança e *accountability* adotadas, que conferem segurança operacional para atuar em *compliance* em todas as esferas legais.

A [organização] é verificada pela Auditoria Interna da [organização] e suas demonstrações financeiras também são submetidas anualmente a auditores externos independentes, além do Ministério Público. As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes ficam disponíveis para consulta pública, o que reforça o compromisso da entidade com a transparência.

Mensalmente, a equipe de comunicação prestou contas através do relatório de mídia – um documento com o retorno acerca das ações criadas pela comunicação e que está disponível no site da [organização] com total transparência.

É possível notar que há menção explícita dos termos “transparência” e “prestação de contas” ao longo dos exemplos, evidenciando que são aspectos presentes nas pautas das organizações e que são objetivos que elas sempre buscam cumprir. Cabe destacar que as exigências em relação à transparência estão também presentes em leis, mas as organizações, em seus relatórios de atividades, demonstraram se preocupar com esse aspecto a fim de serem responsáveis e cumprirem também seu papel social.

Os relatórios, de forma geral, apresentam os aspectos fundamentais do ISP, sendo suficientes para refletir acerca do seu papel no desenvolvimento local e comunitário. Entretanto, possivelmente por ainda carecer de aprofundamento teórico, nota-se que as organizações ainda não apresentam de forma detalhada e robusta o processo de escolha dos projetos sociais beneficiados, a forma de atuação desde a formulação desses projetos até sua avaliação, como a comunidade está inserida nessa dinâmica e se o interesse público é, de fato, o norteador das ações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é compreender como as organizações investidoras associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) abordam o Investimento Social Privado (ISP) em seus relatórios de atividades e como esses investimentos sociais são realizados. Conclui-se que as organizações investidoras apresentam em seus relatórios os aspectos ligados ao ISP de forma incipiente, faltando informações, principalmente, relacionadas à participação social e à *accountability*. A forma de atuação é apresentada majoritariamente em relação ao seu caráter planejado, porém poucas organizações explicitaram o modo como monitoram seus investimentos sociais.

Em relação a um dos principais pontos, a finalidade do investimento ser ou não de interesse público, restam lacunas a serem preenchidas. Os relatórios afirmam que os projetos beneficiados são de interesse público, mas não apresentam, em sua maioria, como esse interesse público é determinado. Dessa forma, resta o questionamento acerca de qual interesse está sendo suprido e se as áreas beneficiadas são ou não as áreas prioritárias.

Como limitação da pesquisa, percebeu-se a falta de dados quantitativos nos relatórios que permitissem uma análise mais detalhada em termos de impactos econômicos dos investimentos realizados, além de maior detalhamento em relação aos demais aspectos desses investimentos sociais. Percebeu-se também que há uma preocupação grande em promover a imagem da empresa, que parece ser maior do que a intenção de fornecer informações precisas sobre o tema.

Sugere-se, para fazer parte da agenda de pesquisa relacionada ao tema, o estudo dos fundos patrimoniais que, desde 2019, foram regulamentados em Lei própria. Tais fundos demonstram mais uma possibilidade de organizações privadas investirem no social, evidenciando novos arranjos institucionais que envolvem a iniciativa privada no suprimento de demandas sociais de forma conjunta com o poder público.

Ressalta-se que, a partir desses investimentos sociais realizados e da nova forma de se pensar o papel social das empresas privadas, bem como os modos que o governo encontrou de incentivar o investimento social, as organizações participam cada vez mais da dinâmica de promoção do desenvolvimento e bem-estar social das comunidades onde estão inseridas. Acredita-se, portanto, que essa inserção e ação conjunta da iniciativa privada e do poder público são uma nova forma de arranjo que é capaz de trazer melhorias para a sociedade.

6. REFERÊNCIAS



ALMEIDA, E. A. da C.; CABRAL, E. H. de S. Parceria Público-Privada: a importância das Organizações para a construção da cidadania deliberativa por meio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Reuna, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 59-70, 2009.

ALVES, M. A.; NOGUEIRA, F. do A.; SCHOMMER, P. C. Profissionalização e Lógicas Institucionais: o Profissional do Investimento Social Privado no Brasil. XXXVII EnANPAD, p. 1-16, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR2358.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

ANDION, C.; BECKER, Y. P.; PIRES, A. M.; VICTOR, I.; SOUZA, L. R. de. Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público? EnAPG, p. 1-17, 2010. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg87](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg87.pdf)>.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

ASID. Leis de Incentivo Fiscal. 2022. Disponível em <<https://asidbrasil.org.br/br/leis-de-incentivo-fiscal-o-que-sao-e-como-funcionam/>>. Acesso em 20 jun. 2022.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019. 2019. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13800.htm>. Acesso em 20 jun. 2022.

CATARINA, J. A.; SERVA, M. Responsabilidade social: contribuições para a análise do investimento social privado. Revista Alcance, vol. 11, n. 3, p. 321 - 338, set/dez 2004.

GARAY, A.B.S. As representações sociais de jovens participantes de projeto social de inserção no mercado de trabalho. REGE, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 93-109, jan./mar. 2011. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/rege/article/download/36727/39448/43264>>. Acesso em: 20 set. 2021.

GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. Censo GIFE 2018. 2019. Disponível em <<https://mosaico.gife.org.br/censo-gife>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. Censo GIFE 2020. 2021. Disponível em: <<https://mosaico.gife.org.br/censo-gife>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. Entenda o que é Investimento Social Privado no Brasil. 2022. Disponível em <<https://gife.org.br/investimento-social-privado/>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89-101, Ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70722008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2020.

MOTTA, V. C. Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 16, n. 68, p. 323-337, 2016. DOI: 10.20396/rho.v16i68.8644082. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644082>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

NOGUEIRA, F. do A.; SCHOMMER, P. C. Quinze anos de investimento social privado no Brasil: Conceito e práticas em construção. XXXIII EnANPAD, p. 1-16, 2009. Disponível em: <http://idis.org.br/wp-content/uploads/2009/11/ISP_15_anos.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

PAGOTTO, L. M.; BELINKY, A.; MACEDO, F.; YAMAHAKI, C. Entre o público e o privado - Caminhos do alinhamento entre o investimento social privado e o negócio. São Paulo: GVces, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18401/GVces_Pagotto%3b%20Belinky%3b%20Macedo%3b%20Yamahaki.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 out. 2021.

PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais. Reuna, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 121-138, Mai-Jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.una.br/reuna/article/view/396/445>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SCHOMMER, P. C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. Organ. Soc., Salvador, v. 7, n. 19, p. 145-160, Dez. 2000.